

✓ Bases filosóficas e epistemológicas da avaliação: caminhos a serem trilhados

Max Felipe Vianna Gasparini¹

¹ • Universidade Federal de São Paulo
• Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva
• Laboratório de Avaliação de Programas e Serviços em Saúde

• Federal University of São Paulo
• Department of Public Policy and Public Health
• Laboratory of Health Programs and Services Evaluation

Resumo: A produção científica e as práticas de pesquisadores em avaliação de programas no Brasil têm concepções e fundamentações epistemológicas a serem ainda evidenciadas e analisadas. Este ensaio tem como objetivo propor caminhos possíveis para uma análise teórica acerca da epistemologia da avaliação, a partir de um diálogo com as diversas abordagens desenvolvidas no campo e as ferramentas analíticas advindas da filosofia da ciência. Propõe-se um exercício de reflexão crítica acerca do discurso científico atribuído à avaliação, buscando compreender seus fundamentos. Espera-se que o caminho apresentado neste ensaio subsidie investigações futuras que aprofundem a compreensão e qualificação das práticas avaliativas no contexto brasileiro.

Palavras-chave: avaliação de programas; epistemologia; metodologia.

EN *Philosophical and epistemological bases of evaluation: paths to be followed*

Abstract: The scientific production and the practices of researchers in program evaluation in Brazil have epistemological concepts and foundations to be further evidenced and analyzed. This essay aims to propose possible paths for a theoretical analysis about the epistemology of evaluation, based on a dialogue with the various approaches developed in the field and the analytical tools derived from the philosophy of science. It is proposed an exercise of critical reflection about the scientific discourse attributed to the evaluation, seeking to understand its fundamentals. It is hoped that the path presented in this essay will support future investigations that deepen the understanding and qualification of evaluative practices in the Brazilian context.

Key-words: program evaluation; epistemology; methodology.

ES *Bases filosóficas y epistemológicas de la evaluación: caminos a seguir*

Resumen: La producción científica y las prácticas de los investigadores en la evaluación de programas en Brasil tienen conceptos y fundamentos epistemológicos para ser más evidentes y analizados. Este ensayo tiene como objetivo proponer posibles caminos para un análisis teórico sobre la epistemología de la evaluación, basado en un diálogo con los diversos enfoques desarrollados en el campo y las herramientas analíticas derivadas de la filosofía de la ciencia. Se propone un ejercicio de reflexión crítica sobre el discurso científico atribuido a la evaluación, buscando comprender sus fundamentos. Se espera que el camino presentado en este ensayo respalde futuras investigaciones que profundicen la comprensión y calificación de las prácticas evaluativas en el contexto brasileño.

Palabras-clave: evaluación del programa; epistemología; metodología.

FR *Bases philosophiques et épistémologiques de l'évaluation: voies à suivre*

Résumé: Au Brésil, la production scientifique et le travail de chercheurs au sujet de l'évaluation de programmes sont basé sur des concepts et épistémologie à être mis en évidence et analysés. Cet essai propose des pistes pour l'analyse épistémologique du domaine de l'évaluation ancré au dialogue avec des différentes pratiques et utilisant des références de la philosophie des sciences. On propose une réflexion critique du discours scientifique sous-jacent de l'évaluation pour éclairer ses fondements théoriques. On espère que la discussion présentée ici stimule des nouvelles recherches pour qualifier la pensée et la pratique évaluative brésilienne.

Mots-clés: évaluation de programme; épistémologie; méthodologie.

Ciência e avaliação

“Science is systematic inquiry into how the world works. Evaluation science is systematic inquiry into how, and how well, interventions aimed at changing the world work”. Michael Patton

A frase acima, registrada em artigo de 2018 de um dos principais autores do campo da avaliação de programas, Michael Quinn Patton, expõe a similaridade entre o enunciado racional da ciência e da avaliação enquanto processos que compartilham da mesma busca rigorosa e sistemática por evidências que permitirão a construção de um conhecimento válido sobre o mundo (Patton, 2018). A avaliação envolve a investigação sistemática para determinar o mérito do que está sendo avaliado a partir do emprego dos métodos, normas e do raciocínio científico. Na verdade, Patton (2018) irá além, defendendo que a relação entre ciência e avaliação é tão intrínseca que não seria forçoso falarmos em uma ciência da avaliação.

No entanto, a ciência é um campo polissêmico, cujo estudo de seu desenvolvimento, pressupostos, discursos e métodos, apresenta ampla gama de interpretações e desdobramentos no mundo real. Se é verdade que avaliação é uma disciplina científica, caberia então o questionamento acerca das propriedades desta relação entre ciência e avaliação, seus pressupostos e implicações na prática, ou uma investigação acerca da epistemologia da avaliação. A diversidade presente no campo de práticas da avaliação implica em um conjunto variado de referências que guiam as escolhas feitas pelos avaliadores em relação aos métodos empregados (Mertens, 2015). Há, portanto, um conjunto de paradigmas científicos a serem elucidados quando tomamos a avaliação enquanto uma disciplina científica, o que pode nos ajudar na compreensão crítica sobre o pensamento e prática da avaliação.

Tomar a avaliação (que em sua acepção literal significa “ato de determinar o valor”) enquanto objeto de estudo em uma perspectiva epistemológica, envolve investigar quais pressupostos científicos influenciam a forma de se produzir as evidências com as quais será determinado o valor de algo, ou qual abordagem científica subsidia a emissão de um julgamento sobre o valor de determinado objetivo avaliado. O que parece muitas vezes tácito (concepção corrente sobre a ciência) merece ser destacado enquanto questão central a ser investigada e qualificada em sua complexidade, uma vez que não envolve somente a aplicação de um método científico.

Sabemos que o que distingue a avaliação enquanto ação humana ordinária, em seu sentido comum, daquela que chamamos de sistemática é justamente seu componente racional, ancorado em referências técnicas e metodológicas minimamente aceitas por pares, ou, em outras palavras, em bases científicas, ou por elas orientadas (Furtado, 2006). Isso significa abordar a própria ciência moderna enquanto reino da racionalidade humana em seu ato de analisar, operar e modificar o mundo ao seu redor, e abordar o lugar central que assumiu ao longo dos anos na prática da avaliação.

Este ensaio não tem a pretensão de esgotar esta investigação, mas apresentar um primeiro esforço de análise sobre a relação entre ciência e avaliação, a partir de uma análise teórico-reflexiva. Além disso, propõe-se a apresentar um conjunto de ferramentas teóricas capazes de subsidiar uma investigação acerca da epistemologia da avaliação de programas em saúde no Brasil.

Epistemologia

A epistemologia da avaliação já foi abordada, seja de forma central ou enquanto parte da construção de propostas de abordagens, por vários autores. Guba e Lincoln (2011) dedicaram os primeiros três capítulos do livro “Avaliação de Quarta Geração” para traçar um histórico das abordagens hegemônicas em avaliação e apresentar uma análise crítica acerca dos limites do paradigma positivista, partindo desta crítica para propor uma avaliação baseada no paradigma construtivista. Mercado e Bosi (2006) organizaram toda uma obra no intuito de apresentar uma profusão de abordagens emergentes alternativas, à época, ao tipo de avaliação tradicional. As avaliações “participativas, democráticas, críticas, qualitativas, de baixo para cima, colaborativas, deliberativas e dialógicas” representam, cada uma com suas nuances, contrapontos à rigidez de um paradigma hegemônico que não considerava a importância das interações, do contexto e das incidências sociais e políticas inerentes à avaliação. Importante ênfase aqui é dada às produções e experiências da América Latina, um posicionamento que representa em si uma forma de contrapor muitos dos paradigmas importados e aplicados no Brasil.

Robert Stake (1973) pode ser considerado como um dos primeiros autores a identificar os problemas da avaliação tradicional, fortemente pautada pelo paradigma positivista e suas abordagens metodológicas. Sua proposta de Avaliação Responsiva tem como

princípio um processo interativo e negociado entre avaliadores e grupos de interesse para definição dos parâmetros da avaliação, tornando-a permeável pelas questões advindas destes grupos. Donna Mertens (2015) irá tratar mais especificamente sobre o tema da epistemologia da avaliação ao apresentar um conjunto de paradigmas filosóficos e científicos que influenciam na forma como as avaliações são transpostas para a prática, dando destaque para aquilo que identifica como a natureza transdisciplinar da avaliação. Mertens (2015) propõe um diálogo com Marvin C. Alkin (2004), teórico da avaliação responsável por talvez a organização de abordagens em avaliação mais reconhecida no campo, e apresentada por meio de sua metafórica árvore. A chamada Árvore de Alkin é bastante pedagógica ao organizar e relacionar diferentes autores e suas abordagens em três grandes galhos, a partir da ênfase dada por cada um, sendo os galhos da avaliação centradas no Uso, Método e Valor (Alkin, 2004).

Ainda no campo da reflexão teórica acerca dos paradigmas que incidem nas avaliações, Louise Potvin et al (2006) trazem importantes contribuições em capítulo que compõe a obra de Mercado e Bosi (2006), intitulado: “Três posturas ontológicas concernentes à natureza dos programas de saúde: implicações para a avaliação”. No contexto da modelização de programas, os autores discutem sobre a implicação das diferentes tradições científicas e filosóficas que norteiam a concepção de realidade com a qual o avaliador compreenderá – consciente ou não – seu objeto de investigação. Três grandes tradições desta natureza são abordadas pelos autores em função de sua implicação na formulação de conceitos referentes aos programas: a postura realista empírica, o idealismo e o realismo crítico (Potvin et al, 2006). De forma sucinta, a tradição realista empírica tem raízes na lógica positivista, enquanto os idealistas se associam às correntes fenomenológicas (em sua forma mais polarizada) e ao psicologismo. A abordagem ontológica do realismo crítico, defendida pelos autores, busca considerar a dinâmica e o papel dos atores sociais implicados em um determinado programa, considerando a mútua relação entre os agentes de conhecimento e os objetos (Potvin et al, 2006).

No que concerne à produção científica e às práticas de pesquisadores em avaliação de programas e serviços, no setor Saúde do Brasil, é possível afirmar que existem concepções e fundamentações epistemológicas a serem ainda evidenciadas e analisadas. O conjunto de autores e obras com as quais iremos dialogar neste ensaio podem oferecer ferramentas analíticas que permitam explicitar e analisar as diversas correntes presentes

em nosso meio, de modo a promover mais debates e qualificar as discussões em favor de adaptar as práticas avaliativas às reais necessidades de desenvolvimento de políticas e programas públicos em saúde e outros setores.

Antes de nos determos especificamente na questão da epistemologia da avaliação, é importante termos clareza sobre o entendimento de epistemologia empregado neste ensaio, ainda que de forma esquemática. Epistemologia corresponde à junção da palavra “ciência” (*epistémē*) e “discurso racional” (*logos*), ou discurso racional da ciência, ou ainda a racionalidade da ciência (Castanõn, 2007). A palavra grega *epistémē* pode ser traduzida como conhecimento estabelecido ou conhecimento seguro. Já a palavra grega *logos*, que comporta vários significados, pode ser traduzida como “teoria racional”. Portanto, epistemologia pode ser compreendida enquanto a teoria racional do conhecimento seguro, ou a teoria da ciência (Castanõn, 2007). Abordar a avaliação a partir de uma perspectiva epistemológica significa compreendê-la a partir das categorizações metodológicas e teóricas advindas da ciência e que subsidiam sua prática.

Na acepção que adquiriu na filosofia clássica, o termo *epistémē* é compreendido enquanto um processo de pensamento elevado do intelecto, teórico, e que se ocupa daquilo que seria o verdadeiro conhecimento, cuja característica especulativa se diferenciava do significado atribuído ao saber técnico, ou a *téchne* (Oliveira, 2010). Este último termo era compreendido, de forma geral, como um tipo de conhecimento instrumental, voltado para a obtenção dos fins humanos, e relacionado ao trabalho manual (Oliveira, 2010).

É a partir das formulações de Francis Bacon (1561-1626), em sua proposta de reforma do conhecimento, que este saber “elevado” atribuído à *epistémē* passa a compor a *téchne*, estando assim o conhecimento prático e útil a serviço das necessidades humanas, este sim um fim “elevado” com a qual a *epistémē* ganharia sentido útil. Trata-se de uma verdadeira fusão entre ciência e técnica (Oliveira, 2010). Bacon se opunha à ciência tida como um exercício meramente contemplativo e sem função prática, o que ele atribuía à filosofia metafísica e seus representantes. Neste sentido, sua proposta teve grande influência no projeto moderno de ciência enquanto manipulação e controle da natureza, cuja missão principal era de servir os interesses do homem (Oliveira, 2010).

Em que pese este processo de transformação do significado do termo, consideramos aqui uma conceitualização ampla, que compreende a epistemologia enquanto “[...] o estudo geral dos métodos, história, critérios, funcionamento e organização do

conhecimento sistemático, seja ele especulativo (teologia e filosofia) ou científico” (Castanões, 2007, p.13). Ainda segundo o autor, em um sentido mais restrito, temos a epistemologia enquanto “[...] o estudo sistemático das condições de possibilidade, métodos e critérios deste corpo especial de conhecimento, o conhecimento científico” (Castanões, 2007, p.14).

A investigação acerca da produção do conhecimento tem como uma de suas questões fundamentais a distinção ou a qualificação das abordagens objetivistas e subjetivistas, tradicionalmente compreendidas a partir de relações dicotômicas. Reside na perspectiva baconiana a crítica fundamental acerca da perspectiva “contemplativa” presente na tradição filosófica, pouco preocupada com o controle da natureza enquanto meio para o progresso científico com vias a resolução das necessidades humanas (Oliveira, 2010). As formulações de Bacon trataram de diferenciar o tipo de conhecimento construído, a partir do método científico por ele formulado, daquele tipo de saber advindo do conjunto de influências tidas como válidas, mas que emanam de falsos constructos que afastariam a compreensão verdadeira da realidade, os chamados *ídolos* (Ibid., 2010). Tem-se uma cisão entre o tipo de conhecimento oriundo de expressões humanas diversas, como a religião, a arte e a própria prática, e aquele conhecimento construído a partir de um sistemático e rigoroso método racional, este sim capaz de compreender os fenômenos da realidade de forma objetiva.

A compreensão de que a partir de um método de investigação estruturado e disciplinado seria possível acessar a realidade objetiva é apresentada por Bacon em três etapas: 1) observação do maior número possível de dados; 2) formulação de uma hipótese sobre a lei natural atuante nos fenômenos observados; 3) teste da hipótese por meio de um experimento decisivo (Ibid., 2010).

Estas três etapas serviram de base para o desenvolvimento da ciência ao longo do século XVII, indo até o século XX, tendo como um dos pontos centrais a aplicação do princípio da verificabilidade indutiva, ou seja, a experimentação (Saiani, 2004). Do ponto de vista ontológico, esta abordagem de compreensão e produção da ciência baseia-se na premissa da existência de uma realidade objetiva independente, e que pode ser acessada pela percepção, desde que não seja ofuscada pela ação humana e pela influência dos chamados *ídolos*, elementos subjetivos que impedem o acesso à verdade objetiva (Saiani, 2004).

Ainda no âmbito da epistemologia da ciência tradicional, em oposição ao conceito de verificabilidade proposto pela abordagem

indutiva de Bacon, Karl Popper (1902-1994) irá introduzir o conceito de mecanismo de falseabilidade, em que a última etapa do método científico seria caracterizada por tentativas de refutar as conjecturas elaboradas, em um exercício dedutivo (Ibid., 2004).

Tanto o pensamento baconiano quanto as formulações de Popper e sua oposição crítica ao princípio indutivo compõem aquilo que podemos chamar de epistemologia normativa, cuja função é a de prescrever metodicamente como os cientistas deveriam praticar a ciência (Jacobina, 2000).

Uma primeira característica do pensamento de Popper, e que terá implicação em sua concepção acerca da produção de conhecimento, se refere a esta ideia de falseabilidade na qual o autor associa uma verdadeira postura científica àquela livre de crenças humanas demasiadas subjetivas (Saiani, 2004). Popper estabelece a existência de dois tipos de conhecimentos e pensamentos: um conhecimento ou pensamento subjetivo, e outro objetivo. Esta distinção permite ao autor valorar aquele conhecimento no qual é possível ao homem estabelecer os problemas que serão investigados, elaborar teorias explicativas e buscar argumentos e experimentos para produção de um conhecimento objetivo. O conhecimento objetivo é independente de quaisquer tipos de preferências emanadas da subjetividade. O autor eleva este pensamento ao máximo na seguinte formulação sobre as propriedades do conhecimento objetivo: “[...] *conhecimento sem conhecedor, o conhecimento sem sujeito que conheça*” (Ibid., 2004).

Do ponto de vista ontológico, a formulação de Popper envolve o postulado de três construtos referentes a três tipos de realidade, ou mundos diferentes, que incidem no tipo de conhecimento e pensamento que lhe é direcionado: o mundo um, composto de objetos físicos e estados materiais; o mundo dois, onde existiriam os objetos formados pela consciência ou estados mentais; o mundo três, referente ao reino da ciência e seus conteúdos objetivos (Ibid., 2004).

Popper deu seguimento à tradição objetivista de Bacon e ajudou a construir as concepções modernas de ciência e as relações entre sujeito conhecedor e realidade investigada. A centralidade de um método criterioso e disciplinado, e o esforço em afastar possíveis *ídolos* que atrapalhariam com seu apelo subjetivista (as paixões) a investigação da realidade, são elementos que compõem suas formulações, que aprofundaram a cisão entre as dimensões objetivas e subjetivas do pensamento.

É sobre esta cisão entre as dimensões do pensamento, e a partir de uma posição crítica ao movimento científico da Revolução Científica e suas implicações políticas, que Michael Polanyi (1891-1976)

irá propor uma epistemologia de oposição a este legado. Para este autor, a percepção objetiva da realidade compõe uma dimensão menor do conhecimento, a qual é complementada por uma série de percepções subjacentes que são ativadas quando percebemos um determinado objeto por meio de nossos sentidos. É justamente nesta dimensão que residem os elementos que permitirão a compreensão ampla da realidade, e não naquele foco objetivo; o chamado conhecimento tácito é o que permite uma compreensão abrangente da realidade, mesmo que este conhecimento não se expresse de forma objetiva, como por exemplo, pela linguagem (Saiani, 2004).

A existência de uma dimensão tácita do conhecimento, ou um conjunto de disposições que permitem a compressão imediata do todo, mesmo que não seja objetivada por meio de métodos rigorosos ou pelo exercício da linguagem, implica na confrontação do axioma de Popper a respeito da objetividade do conhecimento. A existência de uma dimensão do conhecimento que age independente do maior exercício racional possível, afetando nossas escolhas, gostos e atribuições de sentido à realidade implica na inexistência de uma possível neutralidade ou objetividade infalível por parte do cientista, como defendida por Popper. O que o cientista acessa é um tipo especial de conhecimento que mobiliza, a partir da focalização, muitos elementos subsidiários para as elaborações científicas, o que corresponderia a um contínuo processo de “negociação” entre o conhecimento explícito e o conhecimento tácito, como parte do processo de descoberta (Ibid., 2004).

Estas distinções preliminares entre o pensamento científico tradicional, expressas no pensamento de Bacon e Popper, e as formulações de Polanyi constituem balizas sob as quais podemos analisar as diferentes abordagens teóricas e práticas da avaliação, e sua relação intrínseca com a trajetória, preferências e a implicação de seus agentes. Distinções possíveis de serem feitas ao analisar enunciados científicos, o tipo de pensamento mobilizado e sua relação com a realidade, podem ser qualificadas a partir destes referenciais, que nos indicariam, por exemplo, a concepção acerca da relação entre sujeito conhecedor e realidade, presente nas diferentes abordagens de avaliação de programas.

Estes embates epistemológicos se fazem presentes nas questões acerca das abordagens científicas que orientam as avaliações, como as questões sobre métodos qualitativos ou quantitativos, ou enfoques construtivistas, positivistas, pós-positivistas e realistas. Alguns teóricos da avaliação sustentam que as escolhas metodológicas são antes definidas a partir de pressupostos filosóficos e científicos, nos quais os avaliadores se filiam (Mertens,

2015). Por outro lado, nem sempre aqueles que praticam a avaliação demonstram consciência acerca das teorias que mobilizam para sua prática (Christie, 2003). A elucidação destas referências, que muitas vezes sequer são objetivadas pelos avaliadores enquanto escolhas conscientes, pode fornecer subsídios para a compreensão em profundidade dos pressupostos científicos da avaliação.

A episteme da avaliação

Ao investigar a gênese da avaliação de programas de forma geral a partir de uma perspectiva epistemológica, é possível localizar na escola filosófica do Pragmatismo um pressuposto para seu pensamento e prática. O Pragmatismo como filosofia surge no final do século XIX, nos EUA, tendo como expoentes Charles Sanders Peirce (1839-1914), William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952), cujos pensamentos, ainda que não sejam uniformes entre si, apresentam convergência em torno de uma teoria da verdade indutiva e experimental. Para essa escola do pensamento, a verdade é aquilo que estabelece uma relação satisfatória com a realidade e gera perspectivas relevantes em termos práticos para a sociedade. Segundo o Pragmatismo, é pela ação que se alteram os limites da condição humana. A despeito das diferenças entre linhas dessa escola, Marcondes (2000, p. 40) afirma que: “(...) *todas compartilham a atribuição de uma importância central à prática, à experiência concreta, aos aspectos aplicados do conhecimento e aos contextos concretos de uso*” (Marcondes, 2000, p. 40).

A avaliação de programas e serviços em geral, e de saúde em particular nos países centrais e países periféricos como o Brasil, é influenciada pela avaliação surgida nos EUA dos anos 1960, no contexto de Great Society americano (Monnier, 1987). E as raízes filosóficas da chamada *program evaluation*, nos EUA, em parte são tributárias do pensamento do Pragmatismo, baseado nas proposições da trindade Peirce-James-Dewey, já citados. Para Zuñiga (2006), que identifica no Pragmatismo um pano de fundo unificador na área da avaliação, os três autores citados:

(...) buscam uma forma de pensamento que represente reflexão sobre a ação transformadora, escapando das tradições puramente filosóficas e também de um simples utilitarismo, unindo a intenção e inteligência de um dado ator e seu concreto trabalho transformador, em contextos específicos. (Zuñiga, 2006, p.49)

Outros autores também identificam na filosofia do Pragmatismo elementos de sustentação de reflexões e práticas em avaliação. Afinal, aspectos centrais que movem a prática social da avaliação - tais como a importância da ação, a correlação entre verdade e respectivas consequências práticas, e a crença de que o mundo pode e deve ser modificado - encontram no Pragmatismo respaldo e sustentação (Mertens, 2015; Hall, 2013; Hartz, 2012).

Ao longo de seu desenvolvimento enquanto campo de práticas, a avaliação de programas assumiu diferentes abordagens metodológicas, tão variáveis quanto os próprios avaliadores que as praticam. Nas mãos de matemáticos, economistas, psicometristas, cientistas sociais e educadores, a avaliação foi assumindo a característica de uma grande especialidade metodológica, e talvez a especialidade metodológica mais ampla (Shadish et al., 1991), dada a gama de variações possíveis em sua aplicação.

Ainda que o Pragmatismo possa ser identificado enquanto uma escola filosófica que influenciou a avaliação, ele figura enquanto um dentre outros paradigmas científicos norteadores da prática da avaliação ao longo da produção teórica do campo. Mertens (2015) identifica quatro paradigmas principais e relaciona cada qual com um dos aspectos apontados por Alkin (2004), enquanto focos prioritários das diversas abordagens em avaliação: paradigma pós-positivismo, cujo foco das abordagens repousa no rigor dos métodos empregados; paradigma pragmático, cujo foco se dará na dimensão do uso efetivo da avaliação; paradigma construtivista, que tem no valor atribuído pelos diversos participantes nos critérios e resultados da avaliação seu foco central; paradigma transformativo, em que o foco se concentra nas demandas e necessidades dos grupos marginalizados, priorizando um processo crítico em torno das questões sociais produtoras de injustiças sociais.

Durante um grande período de sua ascensão e institucionalização, é possível afirmar que houve uma hegemonia de abordagens avaliativas orientadas pelo paradigma positivista e pós-positivista, as quais marcaram as três primeiras gerações de avaliadores identificadas por Guba e Lincoln (2011), cujos enfoques predominantes se centravam na mensuração, descrição e julgamento. Tratava-se aqui de transpor para o campo da análise das intervenções públicas os métodos científicos tradicionais, centralmente os modelos experimentais e quase-experimentais tidos como capazes de identificar com rigor a causalidade das intervenções públicas.

A abertura propiciada pela avaliação responsiva desenvolvida por Robert Stake (1975) foi crucial para o desenvolvimento de

abordagens avaliativas que passaram a questionar os pressupostos positivistas, alargando assim o horizonte paradigmático da epistemologia da avaliação. Advém das formulações de Stake (1975) a importância da avaliação se estruturar a partir da interação e comunicação com o público interessado, no sentido de propiciar uma compreensão ampliada do ente avaliado por seu público (Worthen et al., 2004).

A ênfase na dimensão dialógica, compreensiva e participativa da avaliação também é central na avaliação de quarta geração, abordagem que, na esteira das formulações de Stake, gerou grande repercussão no campo dos chamados enfoques alternativos de avaliação (Mercado e Bosi, 2006). Guba e Lincoln (2011) criticam os modelos centrados excessivamente no paradigma positivista ao denunciarem aspectos como a descontextualização dos objetos avaliados em nome de uma pretensa neutralidade ou do controle de variáveis, e a dependência exagerada da mensuração quantitativa formal sob o argumento de maior rigidez dos dados levantados. Criticam ainda a crença na confiabilidade dos instrumentos de avaliação que gerariam verdades indiscutíveis, a falta de abertura para alternativas metodológicas de compreensão do real e a noção de isenção de valores e posicionamentos políticos, que liberavam o avaliador de qualquer responsabilidade moral ou política (Guba e Lincoln, 2011).

No entanto, as reflexões dos autores acerca das relações entre subjetivismo e objetivismo dão ênfase à dimensão subjetiva de construção e interpretação das informações, a partir da relativização de diferentes perspectivas dos indivíduos. A ênfase na hermenêutica dos significados que os sujeitos atribuem às situações em que estão imersos se coaduna com a tendência dicotômica apontada por Pierre Bourdieu no interior das Ciências Sociais de forma geral, onde o mundo social é reduzido às representações destes sujeitos. Neste sentido, caberia aos pesquisadores ou avaliadores o papel de produzir uma “explicação da explicação” (Bourdieu, 1983).

As críticas contemporâneas aos enfoques construtivistas e positivistas buscam no paradigma do realismo crítico, a partir das formulações de Bhaskar, uma interface com as práticas de avaliação no que se refere à compreensão da realidade e sua investigação. O realismo se propõe a ser um modelo filosófico e científico de explicação da realidade que busca se afastar dos polos tradicionais do relativismo e do positivismo, baseado na premissa da existência de um mundo objetivo exterior e independente do observador acessível ao conhecimento, ainda que considerados os condicionantes que incidem na percepção (Costa e Magalhães, 2019).

Da mesma forma, Pawson via como necessária uma abordagem alternativa aos extremos do positivismo e do construtivismo. A avaliação realista se enquadra nas chamadas avaliações orientadas pela teoria, embora se diferencie destas por ter um lastro declarado no paradigma realista, e articula uma fórmula baseada no levantamento e registro de informações a partir do trinômio: “contexto + mecanismo = resultados” (Astibury, 2013). Nesta equação, o contexto diz respeito aos aspectos da realidade que incidem na estratégia dos programas de forma geral, envolvendo aspectos institucionais, políticos, interpessoais, entre outros, considerando a complexidade dos sistemas sociais onde uma intervenção social é desenvolvida (Astibury, 2013). O componente do mecanismo se refere às respostas produzidas nos públicos participantes pelas atividades do programa, e não às atividades em si. São os mecanismos que agem como dispositivos para as mudanças almejadas pelas intervenções (Astibury, 2013). Este conceito de Pawson se assemelha ao conceito de mecanismo desenvolvido por Weiss (1997) no âmbito das avaliações baseadas na teoria de mudança. Os resultados, por sua vez, são as consequências antecipadas e imprevistas, que podem ser atribuídas aos mecanismos das intervenções avaliadas em relação com os elementos do contexto (Astibury, 2013).

As influências da avaliação realista também integram aquilo que Brousselle e Buregeya (2018) têm identificado enquanto o nascimento de uma nova geração de avaliadores, dando seguimento à metáfora proposta por Guba e Lincoln. A chamada quinta geração de avaliação seria formada pela confluência das abordagens de análise lógica, análise de contribuição e avaliação realista, cujo corolário é a avaliação baseada na teoria do programa (Brousselle e Buregeya, 2018).

Esta apresentação esquemática acerca das abordagens em avaliação e suas principais influências epistemológicas, embora não exaustiva, nos permite compreender quão vasta tem sido a produção e reflexão em torno da avaliação e suas bases filosóficas, bem como as disputas travadas no interior do campo. O quadro abaixo, desenvolvido por Brousselle et al. (2011), oferece uma visualização geral e resumida dos principais paradigmas presentes nas abordagens de avaliação os quais vimos tratando, organizadas a partir das dimensões ontológicas, epistemológicas, metodológicas e teleológicas.

	POSITIVISMO	NEOPositivo	CONSTRUTIVISMO
ONTOLOGIA	Realista A realidade existe “fora” e é regida por leis naturais imutáveis e por mecanismos. O conhecimento dessas leis e mecanismos é geralmente resumido sob a forma de generalizações atemporais e isoladas do contexto. Algumas dessas generalizações tomam a forma de leis de causalidade.	Realista crítico A realidade existe, mas nunca pode ser apreendida em seus menores detalhes. Ela é dirigida por leis naturais que podem ser compreendidas, mas apenas de modo incompleto.	Realista A realidade existe sob a forma de construções mentais múltiplas, enraizadas social e empiricamente, locais e específicas, e que dependem, no tocante à forma e ao conteúdo, das pessoas que delas se prevalecem.
EPISTEMOLOGIA	Dualista/objetivista É, ao mesmo tempo, possível e essencial que os pesquisadores adotem uma atitude distante e não interativa. Com isso, exclui-se automaticamente a possibilidade de que os valores e outros vieses e fatores de confusão influenciem os resultados.	Um <i>continuum</i> que vai do objetivismo modificado (a objetividade continua sendo o ideal, mas apenas abordagens críticas permitem alcançá-la) ao subjetivismo (no sentido de que valores intervêm na pesquisa).	Subjetivista O pesquisador e o objeto da pesquisa se fusionam em uma entidade (monista) simples. Os resultados são literalmente a criação do processo de interação entre os dois.
METODOLOGIA	Experimental/manipuladora As perguntas e as hipóteses são enunciadas antecipadamente sob a forma de propostas e submetidas a testes empíricos (falsificação) em condições cuidadosamente controladas.	Um <i>continuum</i> que vai dos métodos experimentais aos métodos dialógicos transformadores . Os métodos experimentais (ou manipuladores modificados) dão destaque a um pluralismo crítico. Eles levam em conta o contexto, realizam a pesquisa em um ambiente natural, utilizam métodos qualitativos, aparentam-se a uma teoria de base empírica e reintroduzem a inventividade no processo de pesquisa. Os métodos dialógicos eliminam o conhecimento falsificado e facilitam a transformação.	Hermenêutica, dialética As construções individuais são reveladas e esclarecidas de modo hermenêutico, comparadas e logo contrastadas de modo dialético, com o objetivo de gerar uma ou algumas construções em torno das quais haja um consenso mínimo.
TELEOLOGIA	Fornecer uma imagem real do mundo colocando em evidência e teorizando sobre leis imutáveis que o regem, com o objetivo de prever e controlar.	Um <i>continuum</i> que vai da intenção de fornecer a imagem mais razoável possível da realidade, com um objetivo de predição e de controle, até a intenção de emancipar os atores e despertá-los para uma consciência clara da realidade no interior e no exterior deles próprios, o que permitirá transformar o mundo.	Criação de sentido mediante a construção de conhecimentos ao fim de negociações entre atores do mundo.

Quadro: Os paradigmas em avaliação (Brousselle et al., 2011)

À guisa de conclusão: caminhos para a investigação da episteme da avaliação

O esforço para elucidar componentes teóricos generalizáveis em meio à multiplicidade que caracteriza o campo da avaliação levou Shadish et al. (1991) a investigar, entre outros elementos, os pressupostos científicos da avaliação a partir da análise da produção de um grupo proeminente de teóricos da avaliação. Para tanto, os autores realizaram uma profunda investigação das obras e abordagens destes autores, buscando elementos capazes de: a) esclarecer as atividades, processos e metas da avaliação; b) explicar as relações entre as atividades avaliativas e os processos e objetivos que elas facilitam; c) testar empiricamente proposições para identificar e endereçar aquelas que conflitam com as pesquisas e outros conhecimentos críticos formulados sobre avaliação (Shadish et al., 1991). A elucidação dos componentes teóricos da avaliação compreenderia assim não só o conjunto de métodos priorizados por cada abordagem, mas as escolhas por trás destes métodos, evocando temas como a definição e natureza das políticas públicas, as teorias sobre a atribuição de valor e uso da avaliação, e tópicos sobre a filosofia da ciência e sua relação com as escolhas metodológicas dos avaliadores.

A epistemologia das abordagens de avaliação está entre as cinco grandes dimensões que Shadish et al. (1991) identificam como pressupostos da avaliação, e que uma vez elucidadas e analisadas poderiam produzir saberes teóricos que fundamentassem a avaliação de forma geral. São estas dimensões: 1) *programação social*, que abrange as formas como os programas sociais e as políticas desenvolvidas produzem mudanças nos problemas sociais definidos como prioritários; 2) *construção do conhecimento*, que se refere às formas pelas quais os pesquisadores avaliadores apreendem as ações sociais, ou os atos sociais. Se refere também às escolhas metodológicas e epistemológicas; 3) *valoração (atribuição de valor)*, que corresponde à forma pela qual o valor pode ser anexado à descrição dos programas, o mérito que torna sua prática relevante; 4) *uso do conhecimento*, que trata das formas como as ciências sociais são utilizadas para operar modificações nos programas e políticas sociais; 5) *prática da avaliação*, referente às táticas e estratégias que avaliadores lançam mão em sua prática profissional, considerando as restrições que enfrentam. Especificamente a dimensão da construção do conhecimento é abordada pelos autores a partir de três níveis indissociáveis: metodológico, epistemológico e ontológico (Shadish et al., 1991).

O caminho proposto pelos autores (até mais do que os achados em si) representam um conjunto de temas que perpassam a prática e a reflexão teórica da avaliação. São pressupostos que, explícitos ou tácitos, estão presentes e permeiam as escolhas metodológicas de cada avaliador. A busca por explicitar uma teoria da avaliação engendra o próprio esforço do campo em se legitimar do ponto de vista científico, ou seja, se estruturar a partir dos componentes científicos que lhe conferem credibilidade: teorias, axiomas, regras, fórmulas, enfim, elementos que explicitem suas vinculações a determinados paradigmas científicos.

Para Shadish et al. (1991) é exatamente no encontro entre a sistematização da prática e a formulação de teorias explicativas comuns aos praticantes que teríamos a passagem da diversidade metodológica para a integração nas teorias de avaliação. No que concerne à epistemologia, é possível notar a confluência de análises e resultados advindos dos diferentes autores cujas obras foram analisadas, como a centralidade das abordagens positivistas até determinado momento histórico da avaliação, sua abertura para abordagens metodológicas mais pluralistas e inclusivas, e permeabilidade para questões políticas e aquelas originárias dos diferentes grupos de interesse (Shadish et al., 1991).

As questões em torno das diferentes abordagens em avaliação e suas filiações epistemológicas continua sendo o pano de fundo (mais ou menos explicitado) de embates no interior do campo da avaliação, cuja tensão aflora de tempos em tempos, materializada na defesa ou manutenção de determinadas abordagens científicas em detrimento de outras. A história tem registrado movimentos de reação por parte de autores e instituições interessadas na avaliação, em relação a posicionamentos claramente políticos que se utilizam do verniz da cientificidade das abordagens metodológicas advindas da ciência tradicional enquanto elementos de manutenção de prestígio.

Podemos citar, como exemplo destes embates, as declarações acerca da existência de um pretense “padrão ouro” de avaliação em referência aos estudos randomizados e aleatórios, cuja expressão institucional máxima se deu a partir da priorização por parte da Secretaria de Educação do governo norte-americano, no início dos anos 2000, para a contratação deste tipo de avaliação. Tal posicionamento levou à reação de avaliadores como Patton, importante expoente teórico do campo (Patton, 2010; Patton, 2018) e de associações de avaliação, como a americana¹ e a europeia² (AEA e EES, na sigla em inglês), em notas e publicações oficiais.

Em outro polo, vem também de Patton, com o artigo cujo trecho destacamos na abertura deste ensaio, o alerta acerca da atual e

¹ American Evaluation Association Response To U. S. Department of Education.

Disponível em: <https://www.eval.org/p/cm/ld/fid=95>

² EES statement: The importance of a methodologically diverse approach to impact evaluation – specifically with respect to development aid and development interventions

Disponível em: http://europeanevaluation.org/sites/default/files/EES%20Statement_0.pdf

crescente tendência de descrédito e deslegitimação do discurso científico. No bojo desta tendência, a ciência seria somente mais uma perspectiva sobre a verdade, relativizada frente a diferentes enunciados, independentemente de suas fontes ou métodos, o que tornaria as fronteiras entre evidências e opiniões cada vez mais nebulosas (Patton, 2018). Tal tendência afeta diretamente as evidências produzidas pela avaliação, que acaba se tornando apenas outra forma de opinião, uma vez considerada a avaliação enquanto uma disciplina científica nos termos propostos por Patton (2018).

A busca contínua pela elucidação dos pressupostos científicos se torna cada vez mais relevante diante de movimentos crescentes, que colocam em questão as práticas sociais orientadas pela disciplina científica. Ao mesmo tempo, a análise crítica acerca da epistemologia da avaliação constitui um exercício necessário, capaz de desvelar projetos de poder em um campo de natureza transdisciplinar e pluralista.

Em que pese a perspectiva de longo caminho a ser trilhado para a sua plena consolidação, é fato que a área da avaliação vem tornando-se pauta recorrente na discussão de temas decisivos do setor da saúde no plano nacional. Quando falamos da área da avaliação, estamos nos referindo a um espaço social diverso, polifônico e prenhe de antagonismos, amalgamando diversos matizes, tendências e práticas.

De que forma as bases epistemológicas do campo, desenvolvidas originalmente na América do Norte, influenciam as iniciativas locais? Como interagem os referenciais importados com aqueles tipicamente nacionais? Haveria novas linhas de pensamento e práticas a partir da interação entre essa diversidade ou, ao contrário, teríamos apenas a junção de matizes e tendências? Estabelecer e analisar o arcabouço epistemológico que sustenta as práticas de pesquisadores em avaliação de programas e serviços, no setor Saúde do Brasil, pode ampliar a compreensão crítica acerca das práticas e do pensamento em avaliação de programas, de modo a compor um quadro teórico original da avaliação em saúde no país.

Agradecimentos

O autor agradece a Juarez Pereira Furtado pelo apoio nas correções e sugestões ao texto, e a Rogério Silva pela leitura cuidadosa da versão final deste ensaio.

REFERÊNCIAS

- ALKIN, M.C. (org.) **Evaluation Roots: tracing theorist's views and influences**. Thousand Oaks: Sage, 2004.
- ASTBURY, B. **Some reflections on Pawson's Science of Evaluation: A Realist Manifesto**. *Evaluation* 19(4) 383-401. 2013
- BOURDIEU, P. "Espaço social e poder simbólico". In: **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense. p.149-168. 1990.
- CASTANÖN, G. **Introdução à epistemologia**. São Paulo: EPU, 2007.
- CHRISTIE, C. **What Guides Evaluation? A Study of How Evaluation Practice Maps onto Evaluation Theory**. *New Directions for Evaluation*, no. 97, Spring 2003.
- COSTA D.M.; MAGALHÃES R. **Avaliação de programas, estratégias e ações de saúde: um diálogo com o realismo crítico**. *Saúde em Debate*. Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 7, p. 189-203, dez 2019.
- FURTADO, J. P. Avaliação de programas e serviços, introduzindo alguns conceitos. In: GASTÃO, W. S. C. *et al.* **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz. p. 715-739. 2006.
- GUBA, E.; LINCOLN, Y. **Avaliação de Quarta Geração**. Campinas (SP): UNICAMP; 2011.
- HALL, J. N. **Pragmatism, Evidence and Mixed Method Evaluation**. *New Directions for Evaluation* 2013; 138:15-26.
- HARTZ, Z. M. **Creating a dialogue between the concepts of complexity paradigms and the pragmatic approaches proposed for evaluating complex interventions**. *The Canadian Journal of Program Evaluation* 2012; 26(3):115-118.
- JACOBINA, R.O **paradigma da epistemologia histórica: a contribuição de Thomas Kuhn**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, VI (3): 609-630, nov. 1999-fev. 2000.
- MARCONDES, D. **Desfazendo mitos sobre a pragmática**. *Alceu*. 2000; 1(1):38-46.

MERCADO, F. J.; BOSI, M. L. M. **Avaliação qualitativa de programas de saúde: enfoques emergentes** (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes. p. 11-21. 2006.

MERTENS, D. **Philosophical assumptions and program evaluation**. Spazio Filosofico, 2015.

MONNIER, E. **Évaluation de l'action des pouvoirs publics: du project au bilan**. Paris: Economica; 1987.

OLIVEIRA, B. J. **Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia**. 2.ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 284 p.

PATTON, M. Q. Developmental Evaluation. **Applying Complexity Concepts to Enhance Innovation and Use**. Guilford Press, New York. Retrieved. 2010.

PATTON, M.Q. **Evaluation Science**. American Journal of Evaluation XX(X). 2018

POTVIN, L.; GENDRON, S.; BILODEAU, A. “Três posturas ontológicas concernentes à natureza dos programas de saúde: implicações para a avaliação”. In: Bosi, M. L. M.; Mercado, F. J. **Avaliação qualitativa de programas de saúde: enfoques emergentes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SAIANI, C. **O valor do conhecimento tácito: a epistemologia de Michael Polanyi na escola**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

SHADISH, W.R.; THOMAS, D.C.; LEVITON, L.C. **Foundation of program evaluation: theories of practice**. Sage Publications, Inc. 1991.

STAKE, R. E. Evaluación comprensiva: y evaluación basada en estándares. Barcelona: Editora Grão. 2006.428p.

STAKE, R. E. **Program evaluation, particularly responsive evaluation, Keynote presentation at a conference on “New trends in evaluation”**. Institute of Education at Goteborg University, 1973.

WEISS, C. H. **Theory Based Evaluation: Past, Present, and Future**. 1997.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de Programas: concepções e práticas**. São Paulo: Edusp, 2004.

ZÚÑIGA, R. **La evaluación en la acción social - autonomias y solidariedades**. Montreal: 2006 (mimeo).